
FAMÍLIA E BIOPOLÍTICA: A DESTRUIÇÃO DA INTIMIDADE NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Paulo Roberto de Carvalho¹
Sonia Regina Vargas Mansano
Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

RESUMO. O presente artigo busca problematizar a instituição familiar contemporânea partindo de uma abordagem histórica que remonta ao período de consolidação do modelo familiar burguês. Optou-se por analisar a instituição familiar na perspectiva das relações de poder tal como proposto por Michel Foucault. Especificamente, foi utilizada a concepção do autor de biopolítica, uma vertente do poder que se dirige às especificidades do corpo vivo. Para tanto, foi selecionada a questão da sexualidade como elemento historicamente presente nas transformações do modelo familiar: de uma família fechada sobre si e na qual a sexualidade era velada e reprimida, passou-se à família atual na qual estes mesmos temas ganham visibilidade e discussão em um espaço ampliado. Em seguida, questionam-se os efeitos da abertura familiar por uma intervenção biopolítica. Por fim, foi possível demonstrar que está em curso uma destruição sistemática da intimidade iniciada pelas intervenções biopolíticas e protagonizada por aqueles que resistem, de algum modo, às determinações do poder.

Palavras-chave: Família; biopolítica; sexualidade.

FAMILY AND BIOPOLITICS: THE DESTRUCTION OF INTIMACY IN THE CONTEMPORARY SOCIETY

ABSTRACT. This article seeks to discuss the contemporary family institution from a historical approach which dates back to the period of consolidation of the bourgeois family model. We decided to analyze the family institution in perspective of power relations as proposed by Michel Foucault. Specifically, the author of biopolitics, a power which is directed to the specificities of the living body, was used. To this end, was selected the issue of sexuality as historically this element in the transformations of the family model: a closed family about you and where sexuality was repressed and veiled, it moved to the current family in which these same topics gain visibility and discussion in an expanded space. Then wonder if the effects of the family by opening a biopolitical intervention. Finally, it was possible to demonstrate that there is a systematic destruction of the biopolitical interventions initiated intimacy and led by those who resist, somehow, to power determinations.

Keywords: Family; biopolitics; sexuality.

FAMILIA Y LA BIOPOLÍTICA: LA DESTRUCCIÓN DE LA INTIMIDAD EN LA SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA

RESUMEN. En este artículo se pretende discutir la institución familiar contemporánea desde un enfoque histórico que se remonta al período de consolidación del modelo familiar burgués. Decidimos analizar la institución familiar en la perspectiva de las relaciones de poder propuesta por Michel Foucault. Específicamente, la concepción del autor de la biopolítica, un poder que se dirige a las particularidades del cuerpo viviente, fue utilizada. Para ello, se seleccionó el tema de la sexualidad como elemento históricamente presente en las transformaciones del modelo familiar: una cerrada familiar acerca de si misma y donde la sexualidad fue reprimida y velada, se trasladó a la familia en la que estos mismos temas ganan visibilidad y discusión en un espacio ampliado. Entonces,

¹ E-mail: paulor@uel.br

preguntamos por los efectos de la familia con la apertura de una intervención de la biopolítica. Finalmente, fue posible demostrar que está en curso una destrucción sistemática de la intimidad por intervenciones biopolíticas que es protagonizada por aquellos que resisten, de alguna manera, a las determinaciones del poder.

Palabras-clave: Familia; biopolítica; sexualidad.

Introdução

A proveniência da instituição familiar atual, a família burguesa contemporânea, remonta ao período de transição das sociedades feudais para o capitalismo que abarca o período entre os séculos XVI e XVIII. Uma vez que o modo de produção estava sendo substituído, as instituições que lhe davam suporte também sofriam profundas transformações. Data daí o surgimento da família burguesa, instituição comprometida com a manutenção do ordenamento social capitalista. As mudanças que a família sofreu expressam as diferenças entre a cotidianidade feudal e os modos de vida então emergentes. Dentre um extenso leque de questões a serem analisadas no presente estudo, selecionamos a relação que se estabelece entre o espaço público e a vida familiar, o dentro e o fora da casa burguesa. Como veremos, esta relação bem como suas modificações serão estratégicas para a compreensão do ocorrido com a família ao longo do século XX. Na obra de Ariès, encontramos uma descrição da relação entre a família e o espaço público ao final do regime feudal:

A casa grande desempenhava uma função pública. Nestas sociedades sem cafés, sem *public houses*, ela era o único lugar onde os amigos, clientes, parentes e protegidos se podiam encontrar e conversar. Aos servidores, clérigos e empregados que aí residiam permanentemente, é preciso acrescentar a vaga incessante de visitantes (Ariès, 1981, pp. 258-259).

Fica evidente nesta passagem que o espaço público e a casa eram coextensivos e compartilhavam funções. Uma mudança valorativa, no entanto, estava em curso. Ela pode ser caracterizada como um investimento cada vez maior no âmbito da vida privada, que passa a redefinir a vida cotidiana a partir desse período (Miotto, 2015). De modo correlato, o espaço público, a sociedade ou ainda o “mundo lá fora” tornam-se algo de que é necessário defender-se, sendo, portanto, valorado negativamente. É o que se evidencia no fragmento que se segue:

No século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular. A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo. Era já a casa moderna, que assegurava a independência dos cômodos fazendo-os abrir para um corredor de acesso (Ariès, 1981, p. 265).

Esse processo ganha um contorno no qual a partilha moral, que dá origem à família burguesa, fica evidente: a vida privada torna-se um “bem” a ser mantido e utilizado na defesa contra o “mal” representado pelos espaços públicos, de acesso irrestrito no meio social. Cabe, portanto, formular algumas questões: Quais seriam os “males do mundo” perante os quais a família se retrai e ensaia seu fechamento? Encontramos na obra “O declínio do homem público” do sociólogo Richard Sennett (1999), uma apresentação da vida cotidiana extrafamiliar do período, marcada, tal como em todo feudalismo, por uma sociabilidade intensa. E, naquele contexto, um elemento historicamente valorado de modo controverso que se sobressai: a sexualidade. Eis aí um dos, ou quem sabe o principal dos, “males do mundo”, de acordo com a moral burguesa que começava a se difundir no período. Diz Sennett:

O *status* sexual torna-se personalizado em público quando estranhos tentavam determinar se alguém, apesar de todo seu decoro aparente, fornecia pequenas pistas em sua aparência que a marcassem como uma mulher “licenciosa”. Ambos, o “cavalheiro” e a mulher “licenciosa” que se esconde por detrás da respeitável dama, são visualmente significativos apenas enquanto fenômenos públicos (Sennett, 1999, p. 207).

O espaço público, dos encontros e das relações de todo tipo, incluídas aquelas nas quais se manifestava a sexualidade, passa então a ser identificado com a imoralidade, sendo que a sexualidade é apresentada como evidência e justificativa desta avaliação. Daí por diante, para a moral burguesa que estava se constituindo, as relações de quaisquer naturezas, fora do âmbito familiar, seriam tidas como imorais. Tal como observa Sennett,

O público como um domínio imoral significava coisas um tanto diferentes para homens e mulheres. Para as mulheres, era onde se corria o risco de perder a virtude, enxovalhar-se, ser envolvida em “um estonteante e desordenado torvelinho” (Thackeray). O público e a ideia de desgraça estavam intimamente ligados (Sennett, 1999, p. 39).

Esta é a proveniência da família burguesa, a ascensão de um código moral cujos valores se efetuaram profundamente, transformando as práticas cotidianas, os costumes e as relações sociais de modo a resultar numa valorização significativa da intimidade e do ambiente doméstico. Em uma perspectiva histórica, Giddens (1993) abordou a intimidade enfatizando as transformações emocionais no século XX e destacando o distanciamento do espaço público que prevaleceu ao longo das primeiras décadas desse século.

Também Ariès assinalou que o surgimento do novo modelo familiar consolida sua retirada do espaço público. Assim,

A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e da preocupação dos adultos. Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida. As promiscuidades impostas pela antiga sociabilidade lhes repugnam. Compreende-se que essa ascendência moral da família tenha sido originariamente um fenômeno burguês (Ariès, 1981, p. 278).

A retirada do espaço público exprime-se, na família burguesa, como uma espécie de autonomia, conquistada perante o social e na qual a abordagem de determinados temas torna-se prerrogativa exclusiva daquele núcleo familiar. Primeiramente, a sexualidade e também questões como a doença e a morte passam a ser veladas, possibilitando entrever o alvo de toda a moralidade burguesa: a nossa condição corporal. É ele, o corpo, que desde então se torna objeto de uma persistente vigilância moral como demonstrou Foucault (1988). Sobre nossa condição corporal, a família reivindicava uma autonomia perante o social que se traduzia como direito exclusivo de fala e de silêncio sobre os temas relacionados ao corpo. Mas, estaria a família burguesa em condição de sustentar, perante o conjunto da sociedade – perante as instituições do poder político – esta reivindicação? O fechamento familiar burguês poderia exercer a independência pretendida na relação com o Estado e a sociedade? O presente artigo buscará problematizar precisamente esta relação entre família e biopoder, compreendida aqui como “administração dos corpos” (Foucault, 1988, p. 131), que é realizada, em larga medida, pelos especialistas e técnicos da relação, incluindo aí as práticas da psicologia. No decorrer do artigo será possível notar a articulação gradual entre família, capitalismo e biopoder, uma vez que este último “foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção” (Foucault, 1988, p. 132).

A abertura do familiar: uma operação biopolítica

Para Foucault (1996), a rede que se estabelece entre as instituições responde por determinações que nos inscrevem, inexoravelmente, no âmbito da vida em sociedade. O autor considera que o espaço interno, tanto quanto o externo ao familiar, é permanentemente atravessado pelas relações de poder que se difundem pelo conjunto da sociedade. De modo que seria impossível, de fato, erigir um espaço de retirada do contexto social. Isso somente é possível no âmbito das pretensões ilusórias e quando se desconsidera a existência das relações de poder. É o que considera Foucault nesta passagem:

Viver em sociedade é, de toda forma, viver de maneira que seja possível agir sobre a ação uns dos outros. Uma sociedade “sem relações de poder” só pode ser uma abstração. O que, diga-se de passagem, torna politicamente tanto mais necessária a análise do que elas são em uma sociedade dada (Foucault, 2014, p. 135).

O pretensão isolamento da instituição familiar neste período corresponde à expectativa ilusória de fazer cessar as efetuações do poder vindas de fora das moradias burguesas. Em outro momento, Foucault torna ainda mais evidente o caráter coextensivo das relações de poder que de fato atravessam as instituições, inclusive a família. Este atravessamento permanente do espaço familiar decorre da constatação de que em relação ao poder não existe a possibilidade de nos excluirmos, de nos colocarmos fora dele. Machado, comentando a obra de Foucault, assinala:

O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras (Machado, s.d. citado por Foucault, 1996, p. 14).

Como seria diferente com a família nuclear burguesa? Efetivamente, observa Foucault, as relações de poder vieram antes, estão “aquém” e, para analisar uma instituição, é necessário partir das relações de poder. Vejamos:

Não se trata de negar a importância das instituições na administração das relações de poder. Mas sugerir que se devem, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso: e que o ponto de fixação fundamental destas, mesmo se elas ganham corpo e se cristalizam em uma instituição, deve ser buscado aquém (Foucault, 2014, p. 135).

A produção teórica de Foucault sobre o poder sempre se pautou pelo cuidado de evitar que este conceito fosse utilizado de modo genérico e totalizante. Em diferentes momentos (1988, 1996, 1999, 2014), o autor destacou o caráter múltiplo, heterogêneo e complexo dos poderes. Esta abordagem permitiu analisar em separado os diferentes tipos de poder que se exercem na sociedade, assinalando que, mesmo diferenciados, os poderes têm como alvo um domínio em comum: o corpo humano a que se pretende adestrar, tornando-o útil para a extração de valor econômico. É ao corpo que diferentes regimes de poder se dirigem, nas suas múltiplas estratégias de produção do humano adequado ao ordenamento social capitalista. Foucault destaca, também, as relações que se estabelecem entre o saber e o poder, de modo que o alvo, o corpo dos vivos, torna-se gradativamente objeto de uma investigação científica que resulta no acúmulo de saber sobre o mesmo. Emerge daí um dispositivo de poder em estreita conexão com os saberes sobre os corpos vivos, denominado por ele de biopolítica (1988), que envolve uma complexa rede constituída a partir do século XIX. Esta acumula saberes sobre os corpos vivos, passando a efetuar-se sobre os mesmos e considerando-os em sua dupla condição biológica e coletiva, ou seja, populacional.

O conceito de população demanda, inexoravelmente, a análise dos corpos que a família burguesa pretendeu manter velados e reclusos no domínio familiar. Deste modo, a biopolítica confronta a pretensão de isolamento desta instituição. Ou ainda,

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retornam agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (Foucault, 1999, pp. 289-290).

Então, ao tomar como objeto de análise e intervenção, campos como o da mortalidade e da longevidade, a biopolítica torna visível uma de suas vertentes mais efetivas: o domínio da denominada saúde pública que, com a aquisição continuada de tecnologia, vai experimentar uma expansão considerável ao longo do século XX (Nalli, 2013). Por outro lado, ao dirigir sua intervenção para as questões da natalidade e da fecundidade, a biopolítica sinaliza que a sexualidade é também domínio

seu e ocupa posição de destaque. Isso se dá em função de que: “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (Foucault, 1999, p. 300).

Com a consolidação do dispositivo do poder biopolítico desaparecem as condições mínimas para que a família burguesa reivindique a manutenção das questões do corpo e da sexualidade no espaço privado das moradias. Os corpos vivos e sexuados, mantidos velados pela moralidade vigente nesta instituição estarão, com o advento da biopolítica, expostos a procedimentos que transitam entre o espaço que está em domínio do poder público (por exemplo, as escolas) e a privacidade da moradia. Obviamente, os representantes e defensores da moralidade burguesa não poderiam tolerar esse movimento. Nas palavras de Foucault,

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico (Foucault, 1999, pp. 285-286).

Podemos, agora, dado o percurso pregresso, colocar de modo incisivo a problemática que justifica e dá sustentação a este estudo: o início do século XX, nas sociedades capitalistas ditas ocidentais, foi marcado por um acontecimento decisivo. Trata-se de um enfrentamento entre diferentes segmentos do ordenamento social: de um lado as instituições aliadas com a família nuclear burguesa que defendiam sua prerrogativa de exclusividade no trato das questões do corpo sexuado; e, de outro, aqueles segmentos que se posicionavam no interior do dispositivo biopolítico emergente, dotados de um saber-poder dito científico e cuja efetuação se inclinava para uma estatização do biológico. Um conflito pouco explorado em suas múltiplas implicações, mas cujo resultado é conhecido de todos: a família nuclear burguesa fechada em princípio (desde seu surgimento) e por princípio (graças às suas convicções morais) terá de ser aberta e o será, por meio do dispositivo biopolítico, em suas múltiplas intervenções (Cúnico & Arpini, 2013). Uma imagem talvez nos ajude a delinear os contornos deste acontecimento: a família burguesa, que se pretendia fechada, encontra-se agora sitiada pelos agentes do biopoder dispostos ao seu redor, querendo conhecer suas práticas e seus costumes, para então oferecer parâmetros do que pode ser considerado normal ou patológico no âmbito familiar. Ocorre que, assim como uma cidade sitiada não necessita ser destruída quando da sua conquista, também o dispositivo do biopoder não precisa destituir os poderes que se exercem no interior da família. Trata-se, antes, de conectar toda hierarquia funcional vigente no familiar com uma regulamentação externa. De agora em diante, a legitimação das posições hierárquicas no meio familiar vem de fora. Diz Foucault:

penso em estudos como os de Jacques Donzelot sobre a família (ele mostra como as formas absolutamente específicas de poder que se exercem no interior das famílias foram penetradas por mecanismos mais gerais de tipo estatal através da escolarização, mas como poderes de tipo estatal e poderes de tipo familiar conservaram sua especificidade e não puderam verdadeiramente engrenar-se senão na medida em que cada um de seus mecanismos foi respeitado). (Foucault, 2014, p. 40).

Efetivamente, a obra que de modo mais incisivo analisa o encontro da biopolítica com a constituição familiar burguesa é a polícia das famílias, escrita por Jacques Donzelot (1986). O autor remete-se repetidamente ao campo dos poderes que tem como alvo o âmbito familiar e, dentro dele, as questões referentes aos corpos vivos e sexuados. Ele faz considerações justamente sobre as conexões que se estabelecem entre poderes de dentro e de fora da família. Donzelot (1986, pp. 179-180) questiona: “*de que maneira destituir a família de uma parte de seus antigos poderes, principalmente sobre o destino social dos filhos, sem com isso anulá-la a ponto de não poder atribuir-lhe novas tarefas educacionais e sanitárias?*”. É interessante observar que o questionamento proposto pelo autor comporta uma abordagem estratégica na qual a família burguesa passará a ser regulamentada sem perder sua condição de instituição que organiza a vida cotidiana. A regulamentação é oferecida pelo dispositivo biopolítico que transita no tecido social.

Os efeitos da presença do dispositivo biopolítico nas sociedades capitalistas começaram a ser sentidos já nas primeiras décadas do século XX pelas populações por ele administradas. A ascensão

da instituição escolar como instrumento de uma profissionalização cada vez mais extensa e a obrigatoriedade do ensino sinalizam que, cada vez mais, o tempo de formação dos jovens será ocupado fora e não dentro de casa. Esse fato poderia sugerir apenas que a família torna-se menos importante no processo educacional, não fosse por uma constatação: no interior das instituições escolares ganha forma um regime de atenção voltado para família. Donzelot (1986) assinala que a escola, cada vez mais, difunde o conhecimento sobre a saúde realizando também uma “colonização das famílias através da difusão de normas de higiene pública e privada: conferências realizadas pelos professores para os pais” (p. 181). Evidencia-se, aqui, que as questões do corpo vivo e sexuado, foco do biopoder, mantidas na esfera da vida privada, tornam-se objeto de intervenção, sob o enfoque da saúde pública ou coletiva, trazendo os pais para a discussão de algo que nada mais é que sua vida privada. O regime de atenção que faz da família um objeto de investigação da escola ganha continuidade com a criação das associações de pais e mestres nas quais a discussão sobre o aproveitamento dos alunos cria as condições necessárias para se falar do cotidiano familiar numa instituição de domínio público. Aprofunda-se, assim, a abertura da família (Lima & Chapadeiro, 2015).

O que inscreve de modo mais direto a participação da escola no dispositivo do biopoder, porém, é a adoção dos programas de educação sexual que, em alguns países, tornam-se obrigatórios na primeira metade do século XX. Trata-se de uma mudança profunda na partilha do que é público e do que é privado, que traz a sexualidade para fora das moradias confrontando a moral vigente no período. É um momento tão decisivo que as populações entram no debate. Donzelot destaca o caráter polêmico das mudanças em curso:

Além de ameaçados por um regime comum de escolarização, os filhos ‘de família’, por meio de um ensino coletivo da sexualidade, seriam expostos e até mesmo incitados a tentações que poderiam explicitar, no plano do sexo, os perigos das promiscuidades sociais que a escola impõe (Donzelot, 1986, p. 182).

São evidentes os motivos pelos quais as populações resistiram aos programas de educação sexual. Eles atingiram a família naquilo que ela tinha de mais íntimo, oculto, velado: os corpos sexuados de seus membros. A ocultação da sexualidade na família burguesa pode ser considerada, como vimos, um elemento constituinte da mesma. Cabe recordar que foi motivada pelo imperativo de excluir-se da promiscuidade, que a família burguesa se fechou nas moradias e retirou-se do espaço público. Não é gratuito, então, que a relutância aos programas de educação sexual tenha se dado pela alegação de que os mesmos facilitariam a promiscuidade. Uma vez excluída da vida privada, será no espaço público, que comporta prolongamentos do poder do Estado, que a discussão sobre sexualidade vai ocorrer. De modo que, num mesmo processo, configurou-se a perda das prerrogativas da família quanto ao sexo e aquilo que Foucault (1999) denominou de “estatização do biológico” (p. 286). Uma mudança de tal magnitude, inevitavelmente, provoca efeitos que serão sentidos posteriormente. Neste caso, os efeitos prolongam-se até os dias de hoje.

Outro procedimento que atesta o ingresso da sexualidade na esfera pública e sua consequente retirada da esfera familiar é a adoção, por parte de instituições públicas, dos programas de planejamento familiar. Temas correlatos como a contracepção e a gravidez precoce passam a ser abordados nas reuniões públicas desses programas, de modo que o debate aberto sobre o sexo ganha visibilidade e começa a ser naturalizado, passando inclusive a se inscrever na vida cotidiana, fora dos contextos especializados. Donzelot observa, curiosamente, que a família, à medida que assiste à exposição sistemática de tudo aquilo que foi o seu segredo original, o motivo do seu fechamento, se descaracteriza, deixando de ser familiar no sentido até então adotado. Ou ainda:

O Planejamento Familiar também, não tem mais nada de familiar a não ser o nome. Desde 1973, seu lema é a “revalorização da pessoa, seu desenvolvimento psicossomático integral fora dos papéis tradicionais”, a “reintegração da sexualidade em todos os níveis do cotidiano”, a “sexualização da Sociedade” (Donzelot, 1986, p. 196).

Esta descaracterização da família, decorrente da sua abertura, lança a instituição numa condição em que há mais riscos do que suporte ou sustentação. Em outras palavras: “De pilar da sociedade, a

família passa a ser, nesses discursos, o lugar onde ela corre permanentemente o risco de desfazer-se” (Donzelot, 1986, p. 196).

Ao final desse processo, levada ao limite de sua descaracterização, a família emerge como moderna, o que só foi possível por uma rendição completa desta instituição às regulamentações interventoras do biopoder. É a isso que denominamos de abertura do familiar. Por volta da segunda metade do século XX, assistimos a emergência de um núcleo familiar que, ao contrário de resistir, solicita continuamente as orientações externas, os parâmetros de normalização do familiar oferecidos pelo biopoder. Assim, de “lugar de resistência às normas médicas que ameaçavam sua integridade e o jogo de seus privilégios, a família burguesa tornou-se sua melhor superfície de recepção” (Donzelot, 1986, p. 198).

A rendição da família ao regime do biopoder é um acontecimento significativo que tem implicações históricas, ainda que não tenha sido suficientemente analisado. Cabe recordar que a trajetória de fechamento do espaço familiar no âmbito da moral burguesa, justificou-se como forma de evitar, aos seus membros, todo tipo de experiência referida à sexualidade. Em função da intervenção do biopoder, a família se torna consumidora de normas médicas, sanitárias e, cada vez mais, dos serviços dos técnicos de relação. Torna-se também permeável, falando de si ao mesmo tempo em que está atenta ao que acontece com outras famílias (Franca & Souza, 2016).

Donzelot (1986) acrescenta uma contribuição para a análise histórica da família ao assinalar que os diferentes serviços técnicos prestados à família a introduz nas práticas da confissão (Foucault, 2008). Na acepção proposta pelo autor, a confissão consiste em falar sobre a vida privada e familiar, seus segredos, sofrimentos e interditos. A questão da sexualidade vai ocupar um lugar de destaque nesse processo. Enunciar o vivido no interior familiar torna-se, então, um procedimento no qual os indivíduos são iniciados no consultório, mas que passam a executar também fora dele. Os sujeitos, à medida que incorporam a confissão, consentem em dar visibilidade para sua vida privada, mesmo fora do consultório. Torna-se possível considerar que a adoção generalizada de serviços de psicoterapia e educação sexual, quando da abertura do familiar, resulta num processo de “pedagogia da confissão” com efeitos psicossociais e coletivos. No âmbito social torna-se então “natural” expor a própria vida privada.

As sociedades expostas à intervenção normalizadora do biopoder ganham a prerrogativa de falar abertamente sobre o sexo, sendo que a psicologia teve papel decisivo nesse processo. A abertura e normalização da família contaram com a participação de diferentes agentes. São múltiplas as instâncias do saber-poder que, conectados ao dispositivo biopolítico, passaram a atuar no sentido de vigiar o interior familiar. São escolas públicas e privadas, clínicas médicas e psicológicas, hospitais e instituições de assistência social, todas interrogando o cotidiano familiar e oferecendo prescrições. Desse modo, podemos dimensionar a amplitude da “máquina social” que foi acionada na operação de abertura da família. É importante assinalar que este processo se deu ao longo de várias décadas, as últimas do século XX, e seus efeitos estendem-se durante o século XXI.

Por obra do dispositivo biopolítico, vivemos hoje uma realidade transformada no que diz respeito ao espaço familiar. São famílias cujos membros falam de suas experiências afetivas e sexuais com alguma naturalidade e que buscam, nas práticas adotadas por outras famílias (também abertas), subsídios para dar continuidade à normalização sexual vinda do exterior. Outras problemáticas decisivas, como a escolha e formação profissional, também são acompanhadas por especialistas, visando minimizar o impacto futuro de uma decisão. Os vetores da normalização biopolítica colocam em exame a posição de cada membro do grupo familiar, oferecendo parâmetros para cada um dos papéis sociais ali vivenciados. O estudo de Almeida, Ferrarotto e Malavas (2017) evidencia como as famílias e as escolas se inter-relacionam, operando normalizações em um circuito cada vez mais ampliado.

As estratificações por faixa etária descrevem minuciosamente o que se espera de uma criança, adolescente, adulto ou idoso. Os estudos sobre gênero, combinados com a estratificação etária, examinam as diversas coerções, submissões e violências a que estão submetidos seus membros. Enfim, trata-se de uma família esquadrihada, conhecida em seus detalhes, avaliada em seus desvios e, por escolha própria, normalizada. Foucault, em diferentes momentos (1996, 2014), assinalou que o poder funciona produzindo efeitos de desejo, mais do que repressão e coerção. Não foi diferente

quando da abertura da família: esta instituição, buscando manter um papel na arquitetura de poderes da formação social capitalista, aceitou modernizar-se e, assim, se adequar a um sistema socioeconômico que transformou profundamente o homem e o mundo no século XX. A abertura da família atendeu a uma necessidade do ordenamento social e dos sujeitos viventes no período. Poderíamos, então, caracterizar o ocorrido como uma operação vitoriosa deste ordenamento social? Sim, mas só em parte. Donzelot (1986) observou, agudamente, que a abertura da família foi um acontecimento histórico “nem um pouco inocente do ponto de vista político” (p. 197). Dele deriva “tanto a emergência da família moderna como a expansão dos organismos ‘psi’” (p. 197). Decorre desta constatação que a psicologia teve papel fundamental na operação biopolítica de abertura da família.

Os efeitos contemporâneos da abertura da família

É a família atual que estará, daqui por diante, em questão. Tendo sido reformulada no bojo de uma intervenção biopolítica, é dela que os sujeitos viventes dispõem para o transcurso de suas existências na atualidade. Os efeitos já considerados de abertura, esquadrinhamento e normalização atestam que a operação foi bem-sucedida. Ocorre que eles não foram os únicos a serem produzidos neste percurso. Cabe considerar a existência de efeitos desta mesma intervenção biopolítica que não foram previstos nem objetivados.

O primeiro efeito a ser considerado é a destruição, que ainda está acontecendo, de todo um modo de subjetivação que comporta diferentes componentes e a que denominamos intimidade. Sua composição é complexa: são comportamentos, práticas adotadas no cotidiano, normas a serem seguidas e interditos a serem respeitados para manter a intimidade. A intimidade, que já foi definida como experiência decorrente da família nuclear burguesa (Ariès, 1981), incorpora ainda componentes subjetivos tais como a vergonha, a timidez, o recato, sempre dirigidos para o velamento do corpo sexuado. Em caso de não observância das regras de manutenção da intimidade, o sentimento de culpa era inevitável.

A obra de Vigarello (2008) sobre a crescente visibilidade que incidiu sobre o corpo no decorrer do século XX demonstra que as manifestações da intimidade eram verificáveis. Uma jovem burguesa quando exposta a qualquer situação que envolvesse a sexualidade, inevitavelmente ruborizava. Passadas algumas décadas, o sentimento de intimidade entra em declínio acelerado como efeito da abertura do familiar, possibilitando a naturalização da sexualidade e a exposição cada vez mais acentuada do corpo.

Outro efeito inesperado da abertura familiar pode ser identificado na obra de Donzelot: aquilo que se convencionou denominar de crise da família emerge agora como resultado inesperado, efeito não calculado das mudanças que o dispositivo biopolítico imprimiu na vida cotidiana das populações. O sentimento difuso, generalizado, de que a instituição familiar está em crise, tornou-se recorrente no meio social e os sujeitos já admitem inscrever a narrativa de suas trajetórias neste novo momento da vida em família. Donzelot expõe tais narrativas, fazendo o registro das diferentes formas de sofrimento experimentadas em função da rápida transformação da família. De modo significativo, a psicologia torna-se cada vez mais presente em função da crise coletivamente experimentada.

A única coisa que tenta responder a essa perplexidade é a multiplicação dos conselheiros e psicólogos, sempre em número insuficiente para atender à demanda dos pais desarmados, dos filhos desviados, dos casais infelizes, dos incompreendidos, daqueles que procuram um sentido na vida, daqueles a quem não foi ensinado viver. É aí que é necessário intervir, encontrar soluções (Donzelot, 1986, p. 196).

Quanto à participação da psicologia nesse processo, fica evidente que a mesma crise provocada pela abertura da família, da qual a psicologia foi protagonista decisiva, consolida sua posição, agora permanente, de agente normalizadora do espaço doméstico. Em outras palavras, no que diz respeito à família, a psicologia veio para ficar. Cabe considerar que o psicólogo não chega só. É o que demonstra a pesquisa de Cronemberger e Teixeira (2015) que dá visibilidade a essa abertura, na qual uma série de profissionais da área social focaliza suas intervenções no núcleo familiar, atuando de maneira a

articular poder e saber sobre essa instituição. Que efeitos de poder podem ser esperados desse processo? Diz Donzelot:

Proibido inquietar o filho, dizem os psicólogos. Não o deixem ficar sem fazer nada, replicavam os professores. Ele é ansioso, portanto estuda mal, observava o pediatra. Os pais se curvavam diante disso: se o filho ficasse ansioso a culpa era deles. Ele não está motivado, descobriam os sociólogos. Desmotivado... Os pais se inquietavam: tinham fracassado (Donzelot, 1986, pp. 201-202).

O fragmento acima exposto denuncia mais um efeito inesperado da transformação sofrida pela família quando da sua abertura. Vindos, no mais das vezes, das ciências humanas, o saber dos especialistas contribuíram decisivamente para sua descaracterização. À medida que ocupam a família com suas prescrições do que é certo, saudável ou adequado desautorizam os pais, que reconhecem perda de legitimidade enquanto figura de autoridade. Na prática, esses pais encontram-se desorientados, o que contribui para que eles busquem ajuda profissional dos mesmos agentes do saber-poder. Assim, o processo de abertura familiar se retroalimenta. No entanto, nem mesmo assim a vida familiar encontra uma orientação satisfatória, uma vez que, tal como se evidencia, estes profissionais divergem significativamente em suas intervenções normalizadoras. Tem-se como resultado final desse processo, a consolidação de uma impotência dos pais acompanhada de uma desautorização no uso dos poderes que a instituição lhe conferia no passado. De fato, neste caso, o resultado faz sentido: a chegada dos agentes do biopoder deslegitima e impotencializa. Os filhos educados nesse novo contexto reconhecem desde cedo suas múltiplas figuras de autoridade e recorrem aos argumentos dos professores e psicólogos para confrontar a autoridade dos pais.

Desde Freud (1905/1996), a questão do amor familiar vem sendo considerada no contexto de um amor pela autoridade. Trata-se de um vínculo afetivo, portanto, que acompanha a hierarquia institucional. Quando essa hierarquia se rompe, emergem relatos de esvaziamento afetivo do núcleo familiar, tal como aqueles acima descritos por Donzelot. Se os afetos vividos no âmbito familiar estão em crise, isso se dá em função dos novos poderes. Mas, nem por isso, os agentes do biopoder reúnem as condições para oferecer qualquer tipo de solução ao mal-estar que perpassa a família burguesa contemporânea. Donzelot interroga, então, tais agentes:

Tendes algum roteiro, plano, projeto experimental, alguma pequena fórmula de autogestão, uma visão da família de amanhã, enfim, algo a propor? Não hesiteis, o Estado aceita e os bem pensantes se interessam. Não tendes nada? As fórmulas comunitárias vos parecem ilusórias, simples transposição, em escala maior, do egocentrismo familiar? Denunciais a solidão em que se encontram os indivíduos, a miséria de suas vidas afetivas, a insipidez de suas existências? (Donzelot, 1986, pp. 196-197).

Todo percurso da história da família no século XX pode agora ser avaliado pelos efeitos que se tornam mais evidentes na contemporaneidade. De fato, o que aconteceu foi o encontro da família burguesa com os agentes do biopoder. Foucault explicita os efeitos desse encontro com o poder discorrendo a violência que ele implica:

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre coisas: ela força, ela dobra, ela quebra, ela destrói: ela fecha todas as possibilidades; ela não tem, então, junto a ela, outro polo se não o da passividade; e se ela encontra uma resistência, não tem outra escolha se não empreender reduzi-la (Foucault, 2014, p. 132).

Foi o que efetivamente aconteceu com a família ao longo do século XX. Se ela não foi totalmente destruída, foi quebrada em sua pretensão de autossuficiência, em sua prática do isolamento, bem como na sua determinação de velar os corpos e os sexos. Enfim, foi forçada a se abrir. O que dela restou subsiste apenas em função do valor afetivo que ainda recobre a família. Mas, até quando? Como vimos, o vínculo afetivo acompanha as relações de autoridade e estas se descaracterizaram completamente.

Há aqui uma constatação perturbadora: o capitalismo contemporâneo já não depende mais das instituições familiares tal como nas décadas passadas. As funções, consideradas estratégicas para formação da mão de obra no contemporâneo, transitam por outras instituições, com a ascensão da

escola e a onipresença dos meios de comunicação. Na nova arquitetura das relações de poder, nos marcos de uma sociedade de controle emergente (Tarres, Martínez, & Mansano, 2016), o poder apela diretamente aos sujeitos de todas as faixas etárias, por intervenção da mídia. Esta situação conduz a um questionamento quanto à funcionalidade da família atual. Seria ela ainda a célula básica da sociedade? Em decorrência da abertura da instituição familiar, constituem-se também novos modos de sociabilidade num processo de substituição gradativa ao que era vivido no interior familiar. É o que demonstra o estudo de Uber e Boeckel (2014) sobre a articulação da família com uma rede social extensa na qual a sexualidade vai comparecer.

Como vimos com Donzelot, trata-se de uma sociedade em processo de sexualização. Nela, a sexualidade comparece publicamente e de modo recorrente, o que, por sua vez, evidencia o assinalamento feito por Foucault da estatização dos corpos vivos e sexuados. Mais questões podem ser formuladas: Como os sujeitos viventes se constituem neste contexto? Que fazem com suas vidas e com sua sexualidade radicalmente transformadas? Que fazem com a constatação assustadora de que a sociedade, tradicionalmente repressora da sexualidade, “na era do biopoder torna-se sociedade do sexo”? (Pelbart, 2003, p. 58).

Estamos diante do nosso problema, no sentido mais completo. Chegamos ao presente, cuja decifração solicita e justifica todas as análises históricas, pois, como considera Foucault (2014, p. 128) “a análise crítica do mundo no qual vivemos constitui cada vez mais a grande tarefa filosófica. Sem dúvida, o problema filosófico mais infalível é o da época presente”.

As análises de Foucault sobre o poder sempre foram constituídas a partir de uma dinâmica estratégica que comporta ação e reação. Nestas, às efetuações do poder se opõem os atos de resistência. Daí o sentido estratégico de questionar, no caso da família, o que é que os sujeitos fazem com aquilo que foi inscrito em suas vidas por efetuação do poder. Perante o poder, observa Foucault, resta a prerrogativa da resistência como possibilidade numa dinâmica de luta permanente. No que diz respeito ao corpo sexuado, cabe considerar que, de algum modo, uma reviravolta aconteceu. É o que pode ser entrevisto no fragmento abaixo:

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... Tudo isso conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticoloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais (Foucault, 1996, p. 146).

Nestas observações, encontramos os subsídios para a complexa tarefa de decifração da contemporaneidade capitalista quanto ao valor e ao sentido que tanto a família quanto à sexualidade pode ainda se revestir. A reviravolta, com valor de resistência, consistiu em acolher a nossa condição corporal e sexuada, o que ocorreu por efeito do poder. Mas também, por resistência, este acolhimento ressignificou e valorou de modo diferenciado o corpo e o sexo, tal como assinalado no fragmento citado. Eis aí mais um efeito inesperado das intervenções biopolíticas no âmbito familiar. Que outras reviravoltas ou ações de resistência poderiam ser assinaladas subsequentemente? A família burguesa atual, aberta e normalizada, tolerante ao sexo por efeito do biopoder, está às voltas com um movimento difuso, em alguma medida inconsciente, de reelaboração. Selecionamos aqui a importância atribuída ao velamento do corpo, como condição para existência da intimidade. Quando da abertura do ambiente familiar, tem início um desvelamento desse mesmo corpo, que ganha visibilidade pelo desnudamento. A intimidade sofre, então, um golpe. Mostrar o corpo hoje é um distintivo da cultura contemporânea e as gerações que nasceram e cresceram no final do século XX se opõem àquilo que é o imperativo desse período, ou seja, o corpo desnudo como condição de saúde. O enfrentamento, como reviravolta mais atual, implica agora uma nova mudança de sentido: este corpo tornado visível será objeto de exibição desmedida em diferentes contextos, com destaque para aqueles relacionados ao prazer sexual.

Historicamente falando, no espaço de um século, aproximadamente, nas sociedades capitalistas a casa foi aberta, seus segredos e interditos tornados públicos e normalizados. Ocorre que também a sexualidade, presente nesse processo, foi transformada em tema de domínio público. Como reagiriam as populações diante do sexo abordado nas escolas, do sexo exposto nos meios de comunicação e de uma sexualização que se inscreve no cotidiano de modo recorrente e banal? Essas populações reagiram, a começar pelos segmentos mais jovens e menos comprometidos com a moral da primeira metade do século XX, recusando a antiga intimidade e fazendo da exposição do corpo um elemento de confronto.

Assistimos, nesta segunda década do século XXI, uma multiplicação de situações nas quais o corpo desnudo e sexuado está em questão. Os meios de comunicação exibem, todos os dias, episódios de desnudamento público sob as mais diferentes alegações. São protestos e manifestações, em que o corpo nu é exibido em ato coletivo ou individual. Multiplicam-se também os movimentos sociais organizados a partir das questões do corpo sexuado. Tais movimentos têm nas questões de gênero, na problemática do prazer e na reapropriação do corpo seus eixos de politização.

Mas, efetivamente, as práticas do desnudamento mostram-se mais contundentes na rede mundial de computadores, a internet. Nela, despidos de qualquer pudor, jovens e adultos se expõem ao olhar de todos e compartilham as cenas outrora veladas pela intimidade. Tornou-se prática frequente produzir imagens da própria relação sexual que são, então, postadas e tornadas públicas pelos seus protagonistas ou por quem tem acesso a estas imagens. Fatos como estes, que ocorrem em diferentes países, desafiam uma compreensão da problemática da sexualidade no contemporâneo. Qual é o sentido de um movimento dessa natureza? Como compreender que pré-adolescentes exponham seus corpos desnudos de modo irreversível, uma vez que a imagem digital de domínio público tem duração ilimitada? Não se trata, aqui, de fazer coro com a moral conservadora, mas de um exercício de problematização: De onde provém uma mudança tão drástica nos valores, nas práticas, nos sentimentos e nos sentidos do corpo e da sexualidade?

Considerações finais

Ao final deste percurso temos uma hipótese diagnóstica, construída a partir da dinâmica das lutas sociais, tal como analisadas por Foucault: a abertura e a normalização do espaço familiar, que instituiu a confissão, pode ser considerada uma modalidade de autoexposição. Com o advento da tecnologia de reprodução de imagens em larga escala, a autoexposição verbal (confissão) cedeu espaço à autoexposição por imagens (redes sociais). Em função de quê? De uma operação de resistência que inverteu o valor ainda atribuído à intimidade. Os jovens contemporâneos, se já não dispõem daquele modo de subjetivação que era o dos seus pais e avós, se já não são constituídos por uma intimidade, então confrontam o que sobrou da moral burguesa expondo-se como forma de denunciar a operação biopolítica que constituiu seus modos de vida.

As novas gerações estão sendo subjetivadas em meio à destruição da intimidade. Como reagem, como resistem a ela? Expondo seus corpos desnudos para além dos limites do “bom senso” que os resíduos da moral burguesa insistem em manter. Fazem dos seus corpos o espetáculo vivo dos efeitos do biopoder na esfera familiar. Deixam entrever que as transformações operadas na subjetividade contemporânea produziram efeitos completamente não dimensionados. Agora é tarde. O irreversível histórico da destruição da intimidade está inscrito em nossa história, em nossa vida e em nossos corpos. Que mais pode advir daí?

Referências

Almeida, L. C., Ferrarotto, L., & Malavas, M. M. S. (2017). Escola Vista de Fora: o que dizem as famílias? *Educação Real*, 42 (2). Porto Alegre.

Ariès. P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTD.

Cronemberger, I. H. G. M. & Teixeira, S. M. (2015). O sistema de proteção social brasileiro, política de

- assistência social e a atenção à família. *Pensando famílias*, 19(2), 132-147.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2013). A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando famílias*, 17(1), 28-40.
- Donzelot, J. (1986). *A Polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2014). *Ditos e escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Franca, V. V. & Souza, F. (2016). 'Troca de Família': espiando as famílias, enxergando a sociedade. *Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39 (1), 177-192.
- Freud, S. (1905/1996). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP.
- Lima, T. B. H. & Chapadeiro, C. A. (2015). Encontros e (des)encontros no sistema família-escola. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, 19 (3), 493-502.
- Tarres, J. P., Martínez, M., & Mansano, S. R. V. (2016). Corpos dóceis: novos contornos. In M. Nalli & S. R. V. Mansano (Orgs.), *Michel Foucault: desdobramentos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Mioto, R. C. T. (2015). Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 124, 699-720.
- Nalli, M. (2013). Communitas/Immunitas: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. *Revista de Filosofia Aurora*, 25 (37), 79-105.
- Pelbart, P. P. (2003). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- Sennett, R. (1999). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Uber, M. L. R. & Boeckel, M. G. (2014). Terapia de família e as redes sociais pessoais. *Pensando Famílias*, 18(2), 108-123.
- Vigarello, G. (Org.). (2008). *História do Corpo: As mutações do olhar – século XX*. Petrópolis: Vozes.

Recebido em 10/01/2017

Aceito em 22/05/2017

Paulo Roberto de Carvalho: doutor em psicologia clínica pela PUC/SP. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.

Sonia Regina Vargas Mansano: doutora em psicologia clínica pela PUC/SP. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia e em Administração e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.